

6

Considerações Finais

Todo o nosso conhecimento nasce dos sentidos
Leonardo da Vinci

Como ponto de partida e de chegada, consideramos que a não instrumentalização da cultura, a valorização das experiências coletivas e a perspectiva de transformação estão presentes nos Pontos de Cultura. Como potenciais espaços em que as manifestações artístico-culturais, em seu sentido ampliado podem ser exercidas de forma coletiva e não instrumental, desafiam a organização, o financiamento das políticas culturais, a soberania da burocracia estatal, a maior possibilidade do acesso ao recurso público e o direito à cultura. Embora correspondente a uma convergência e conjuntura histórica, as manifestações artístico-culturais estiveram a serviço da política e da formação de uma identidade nacional no passado, colocando, de antemão, condições e imposições a um processo cultural, comprometendo e esvaziando as suas reais potencialidades.

Nesses casos, sobra pouco espaço para experiências autônomas, libertárias e coletivas, tornando-as mecânicas e facilmente cooptáveis para benefícios alheios, colaborando inclusive para a manutenção da desigualdade social. A problematização destas questões amplia a dimensão transformadora da arte e da cultura, pois a possibilidade de criação, de experimentação e de expressão de diferentes linguagens e tradições, reinventadas ou não, são atividades com potencial transformador.

Em oposição à alienação nos processos de produção, afirmamos a contestação da visão utilitarista da cultura, que atinge seu ápice nos discursos, nos parâmetros legais ainda vigentes, como as leis de incentivo/renúncia fiscal, e também nas políticas públicas, que, embora tenham iniciado mudanças, ainda requerem a aprovação de um novo marco legal, bem como a ampliação dos recursos. Tais mudanças têm sido estimuladas e referendadas por organismos nacionais e internacionais que, por sua vez, agem de forma ambígua, como em alguns momentos em que são aliados e importantes na afirmação e promoção da diversidade cultural; e, em outros, apenas com interesses, incidência e investimento na manutenção da funcionalidade do atual sistema.

Portanto, com base nessas reflexões, não consideramos o âmbito da cultura com poderes imediatistas, que muitas vezes são superdimensionados, devido a sua transversalidade às inúmeras outras áreas. Assim, a cultura não é mero recurso ou uma panaceia para o desenvolvimento econômico e social, ou para a obtenção do êxito que se torna desejado por todos: o poder de consumo, constantemente estimulado na sociedade em geral. Deste modo, a arte e a cultura remetem ao inesgotável, as infinitas possibilidades de criação, de escolhas pessoais e coletivas, que podem levar a emancipação. As políticas culturais poderiam ser mais articuladas com as demais políticas públicas estruturantes no campo da educação, saúde e trabalho, com caráter processual e, portanto de transformação viabilizando a democratização dos direitos sociais e não pragmáticas e imediatistas visando à integração e ao controle das populações.

As considerações deste estudo afirmam transitoriedades, possibilidades e alternativas que podem ser ampliadas no âmbito das políticas públicas culturais. As experiências compartilhadas nos Pontos de Cultura nos trazem outros ângulos, nos surpreendem e tornam mais visíveis as contradições e os paradoxos que temos que enfrentar. Isto não é desprezível em um mundo que não cessa de reificar e camuflar conflitos, banalizando-os e tornando-os úteis à reprodução do individualismo e do parâmetro elitista e conservador.

Falamos especificamente de um processo que possa estimular os diferentes saberes e modos de vida, bem como transformações nas relações sociais, mais do que financiar a produção e a reprodução de identidades isoladas, submissas e úteis ao sistema, favoráveis a sua coesão, sobretudo, devido ao inegável alcance social da cultura. Deste modo, consideramos pertinente destacar:

Pontos como subsídios para as políticas públicas

- A superação do discurso da inclusão/exclusão é necessária para que não se faça da cultura um instrumento, mas que seja reconhecida e valorizada a experiência individual e coletiva, aliada ao conhecimento sensorial, à leitura crítica despertada pelas diferentes linguagens artístico-culturais que refinam a percepção e a apreensão da realidade do mundo. Os saberes derivados do fazer atento, compartilhado e refletido, pressupõem a construção conjunta e de caráter processual. Assim, viabilizam-se possibilidades de formação de sujeitos atuantes e insubmissos, desencadeando forças e a possibilidade de reeducação da sensibilidade do

homem, favorecendo o recondicionamento do seu próprio destino por meio da cultura por ela mesma, enquanto liberdade de expressão das diversas manifestações plurais;

- A interação entre as crianças, jovens, adultos e os mais velhos nas experiências coletivas, amplia perspectivas e a possibilidade de trocas. As experimentações e a criações enquanto práticas de liberdade levam a reflexões sobre o vivido e a reinvenção do mundo. Esses processos estão na contramão do paradigma da eficiência e da naturalização do discurso da competência e produção de resultados pragmáticos nas políticas públicas, dos domínios e dos clichês que consideram a cultura e a arte apenas como integradoras e de controle da pobreza. Ou ainda, como um espaço privilegiado apenas para alguns considerados talentosos, sem que os demais tenham oportunidade de desenvolverem suas habilidades, ou ainda como algo supérfluo, em vez de considerá-la um direito básico;
- As experiências coletivas tratadas neste estudo remetem à desmistificação da arte e da cultura como espaço sagrado. Assim, abrem-se inúmeras perspectivas e possibilidades, principalmente por despertar a curiosidade e o desejo de participação na vida cultural e política das localidades;
- Os processos de criação e emancipação proporcionados pelo âmbito da arte e da cultura não superam as questões estruturais, mas são a base para a sua possível transformação, na busca e ampliação de um horizonte em que sejam possíveis relações sociais baseadas em projetos comuns de nação;
- A maior contribuição do Programa *Cultura Viva*/MinC foi colocar a cultura na pauta da discussão sobre a injusta distribuição de recursos públicos, reduzindo a exclusividade do privilégio, e favorecendo a ampliação e pluralidade das ações e manifestações artísticas sem que se exigissem a adaptação do conteúdo. Mas reconhecendo e valorizando as potencialidades locais, superando dicotomias e hierarquias entre o erudito e o popular, reconhecendo transversalidades, complementaridades e multiplicidades;
- As políticas públicas culturais podem oportunizar experiências em que as diversas manifestações artístico-culturais sejam expressadas e valorizadas, experiências capazes de inquietar, emocionar, e trazer maiores

articulações, reflexões e a explicitação dos conflitos, que, por sua vez, trazem diferentes demandas e o potencial de criação. Trata-se do respeito às ancestralidades, às histórias e aos saberes, para além da focalização nas carências e faltas.

Pontos como desafios

- Há que se ultrapassar o estabelecimento de critérios de seletividade arbitrários no atendimento dos direitos. Sem reduzir a cidadania às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social, subordinando-a à lógica técnica, desvinculada das decisões da política econômica, evitando o despotismo na distribuição dos recursos públicos, mas que sejam deliberados em diálogo. As prioridades governamentais e “modelos de gestão” não podem desconsiderar os desejos e as demandas dos sujeitos, subestimando-os, silenciando os critérios públicos e os preceitos constitucionais que garantem os direitos sociais, mas afirmá-los como parâmetros para a implementação dos direitos básicos como um todo;
- A cultura associada à área social exige maior cuidado e atenção para não incidir em equívocos que criam justificativas que sirvam apenas para controlar e adaptar a população a um sistema, deixando de apoiar e promover efetivamente a sua potencialidade. O reconhecimento e a valorização dos saberes das pessoas como produtoras de cultura, ampliando o seu próprio leque de escolhas, para além daquelas já consolidadas e incentivadas pelo mercado, é um diferencial do Programa Cultura Viva a ser consolidado;
- Um dos papéis e desafio do Estado e das políticas públicas é provocar a diversidade de expressões, em vez de fomentar oposições ou reprimir as manifestações espontâneas, promovendo a criação, oferecendo infraestrutura, acesso, financiamento e liberdade na ocupação dos espaços já existentes (Pontos de Cultura conveniados ou não, além da manifestação artística livre nas ruas e nas praças públicas), sobretudo aqueles que já são ocupados pela população. Desta forma, reconhecemos e valorizamos a indissociabilidade da criação e da experiência coletiva no cotidiano, do contexto político geral, da pluralidade e força dessas experiências e dos espaços/territórios para a expressão das diferentes e inúmeras expressões artísticas, culturais e políticas;

- É importante, ainda, estabelecer conexões com variados circuitos culturais, promovendo e respeitando as dinâmicas locais, além de incidirem em perspectivas de alcance social e até da economia solidária colaborativa, criando oportunidades no âmbito do trabalho para diferentes faixas etárias, que podem ser pensadas e planejadas em seus fluxos de criação, fruição, distribuição e acesso. A relação da criação, produção e do trabalho no âmbito cultural e artístico envolve dificuldades que não são exclusividade desta área, mas do universo produtivo como um todo. Além disso, esse tipo de criação e produção demandam um marco legal que contemple as suas especificidades e o tempo processual dessas ações, que não seja baseado em relações regidas pela lógica de mercado. Ou ainda, a produção colaborativa baseada em trocas de serviços, colocando em circulação outro tipo de “moeda”, que não seja obrigada a “competir” com outra forma de produção comercial, inviabilizam-se a ampliação, limitando esse tipo de produção cultural a círculos restritos, que requerem apoio público para se desenvolverem.

Pontos como fluxos

- O apoio à cultura não funciona enquanto imposição, mas como disposição de recursos e somente será favorável se abranger o conjunto da sociedade, configurando-se enquanto decorrência de um processo de médio e longo prazos financiado por políticas públicas contínuas e universais, ainda que de forma progressiva. Outra consideração fundamental é a de que os processos artísticos e culturais exigem tempo, um tempo processual que nos remete ao conteúdo analisado neste estudo. Um tempo que requer a valorização da memória e do processo histórico enquanto uma força, mas também do tempo presente, impetuoso e fugaz, que dissemina a ansiedade moderna de impor o futuro às demais temporalidades e, sobretudo, sobre a experiência compartilhada. E embora estas experiências tenham que ser ampliadas, não têm sido quantitativamente relevante pelo pequeno aporte de recursos públicos destinados até então. Os processos de caráter qualitativo exigem maiores prazos, continuidade, aprofundamento e não geram resultado imediatamente mensurável;
- Na área cultural, o resultado é o próprio processo, sendo da competência do Estado viabilizar a promoção e financiamento desse direito,

que, por sua vez, não condiz com a dinâmica de produção capitalista que se alimenta da quantificação, rentabilidade e exploração da força do trabalho. As criações e os conhecimentos que são produzidos no cotidiano por inúmeras pessoas nos instigam a prestar mais atenção nos processos em que estamos inseridos. Uma espécie de provocação para que a energia criadora se emancipe, não sendo possível separá-la do âmbito da dinâmica da vida e dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais. Ao devolver, se é que isso seja possível, por meio da valorização das culturas, o orgulho e a dignidade de uma população, que, colonizada, perdeu alguns parâmetros de suas próprias referências, abrimos possibilidades de reinvenções. São abertas também possibilidades de valorização de tradições ou de transformações sociais que possam ser dialogadas e desenvolvidas processualmente em busca de maior equidade;

- A livre manifestação das diferentes celebrações, sons, danças, palavras, rituais, costumes, dentre outros, podem viabilizar paradoxalmente não apenas a manutenção da alienação e fortalecer a coesão social, mas também a abertura de canais e espaços para o diálogo e superação dos conflitos, rupturas necessárias e interações transformadoras. Contudo, sem idealizar esta possibilidade, pois a reprodução de preconceitos ou injustiças também são mantidos e reproduzidos por crenças e uma cultura que igualmente aprisiona. A cultura, portanto, como um importante vetor da sociedade, é capaz de impelir permanências ou transformações.

Pontos como memória e força política

- Os *pensamentos-movimentos* advindos das abordagens de pensadores brasileiros foram efetivados por meio de conjunções que afirmam com veemência peculiar a heterogeneidade do país, sua viabilidade, alegria, irreverência e capacidade de produzir, de brincar, de festejar e simultaneamente de refletir. Muito mais do que conceitos acabados e inquestionáveis, nos inspiraram por meio destes pensamentos e militância, a abertura e a coragem para seguir caminhos nos quais encontramos companhias fecundas e instigantes. Como forças-motriz, os *pensamentos-movimentos* procuraram valorizar a cultura nacional, sobretudo com o objetivo de construir novos caminhos para o país;

- Os autores abordados nos desafiaram a realizar esta audaciosa tentativa de articulação com o tema deste estudo, condizente com a intenção de valorizar importantes e corajosas referências na história do país, situados como forças para pensar e não desistir de problematizar a incessante reprodução da desigualdade social. Somos instigados a refletir sobre as possibilidades de valorização de inúmeros brasileiros também tão corajosos e virtuosos com os quais interagimos nos Pontos de Cultura, porém, invariavelmente invisíveis, além daqueles, a maioria da população, sem apoio e acesso as políticas públicas em geral;
- Evitamos, contudo, aludir às dificuldades e ao passado enquanto processos nostálgicos, ou de um tempo perdido, mas os consideramos mobilizadores e instigantes para pensar o presente e também os esquecimentos que foram produzidos, principalmente por deixar de valorizar a pluralidade e potencialidade da população brasileira.

Pontos de contradição

- Os paradoxos e contradições de um país tão vivo e rico culturalmente são inúmeros. Vidas tornadas individualistas, fracassadas e movidas pelo consumo, cuja ideologia, por sua vez, move um sistema alheio aos desejos e aos direitos humanos, de uma vida coletiva e solidária. O conjunto de intelectuais, artistas e militantes abordados nos remetem as experiências intensamente vivenciadas por eles. Sua inspiração e disposição nos levaram a obra de Walter Benjamin, de Foucault e Walsh e a algumas correlações com o desprendimento, perspectiva crítica e abertura destes pensadores, o que nos aproximou nas reflexões deste estudo;
- O *Cultura Viva* instaura um tensionamento no contexto das políticas culturais no país e, sobretudo, nas relações de interação do cidadão com o Estado, cujos movimentos, como os Fóruns, questionam o seu funcionamento, concepção e apropriação pelas pessoas, que geralmente vivenciaram experiências de ineficácia e de frustração ao acionarem serviços e benefícios sociais, configurando desta forma a sua distância, complexidade e inoperância. E o que é mais cruel: destituindo qualquer sentimento de pertencimento ou possibilidade de exercer influência sobre

um aparelho que somente poderia funcionar com a anuência dos cidadãos, diante de um projeto de sociedade comum;

- Mantém-se a intensa reprodução de uma “indústria criativa” e mercantil, inclusive pelo próprio Estado por meio da alienação de parcelas do fundo público, via a Lei Rouanet colocada em “xeque” pelos movimentos culturais que reagiram, mas com pouco impacto ainda, diante das forças hegemônicas constituídas, sem ter efetivado as mudanças exigidas. Manter a perspectiva de mudança no marco legal da gestão 2003-2010 do MinC supõe fortalecer a pluralidade das linguagens que requer o seu próprio conhecimento e reconhecimento para efetivar lutas comuns e que requerem maior articulação com vistas a tornar-se um setor social mais consistente, para além dos interesses corporativos e mercantis;
- E ainda que estejamos submersos num atroz processo de desigualdade econômica, a cultura enquanto potencialidade humana é uma força criadora e transformadora importante. A correlação de forças, estabelecida no enfrentamento dos conflitos no Fórum dos Pontos como abordamos, se estabelece à medida que algumas situações e experiências conjuntas propiciam o engajamento político, o que não se estabelece por decreto, nem por força política, mas que se configura mediante um longo processo de articulação, convivência, experiência coletiva e mobilização.

Pontos de suporte, interação e itinerância

- Como *dispositivos de criação e experiência*, os brinquedos e a proposta de construção coletiva no Ponto de Cultura Centro Lúdico estão abertos para criações a partir da convivência, seja por meio dos brinquedos já construídos ou da construção de novos experimentos, canais de expressão e liberdade para novas propostas. Assim, as atividades com os brinquedos são conduzidas por jovens, adultos e pelos griôs, que as incentivam e as mantêm por meio da experimentação com diferentes pessoas, lugares e formas de utilização;
- O brinquedo enquanto um *suporte* guarda uma memória viva, além de acionar outras, propiciar encontros, intercâmbios, novas significações e desencadear experiências coletivas. Ao acionarem outras memórias, despertam sentimentos, propiciam a convivência, e, portanto, agregam

peessoas, sendo mais uma possibilidade de instaurar mobilizações e inúmeras criações com grupos diferenciados. Um convite à experimentação e a instauração de novos processos de conhecimento e de diferentes possibilidades;

- Há uma condição política da arte e mais amplamente da cultura plural, que, em alguns momentos, se tornam oposições frente a uma realidade hegemônica, e não apenas a reprodução das relações sociais. Isto nos parece crucial para não incorrerem em análises fatalistas e totalizantes que desconsideram e subestimam a capacidade da população, em especial no âmbito da arte e da cultura, que, embora plena de contradições, traz oportunidades de certo olhar visionário, advindo das manifestações artísticas e culturais;
- Caracterizamos as experiências em interação e itinerância entre os Pontos de Cultura, enquanto práticas culturais de criação e expressões “antropofágicas” ou “híbridas” tal como nos sugere Oswald de Andrade e Canclini. A força da Antropofagia está na afirmação irreverente da mistura aquém de qualquer hierarquia cultural pré-estabelecida, uma vez que, para esse modo de produção de cultura, “todos” são, potencialmente, equivalentes enquanto fonte de recursos e sentido. Isso desmistifica fatos como o de que somente alguns têm o privilégio de serem criadores, ou de que somente alguns criam; ou ainda, de que a criação é individual;
- A realidade em constante movimento e sempre em transformação nos impele a prestar atenção na relação entre *memória, criação e experiência coletiva*, uma vez que a história se reapresenta, bem como as questões sociais se aprofundam de acordo com as conjunturas e complexidades que exigem respostas originais, dialogadas, construídas em conjunto e de forma processual e contínua.

Pontos de experimentação e experiência coletiva

- Ao contrário da vivência que é finita por se esgotar no momento da sua realização, as experiências afetam no sentido de mobilizar vínculos de confiança, movimento, misturas e transformações. Como aquelas que foram tratadas na construção conjunta dos brinquedos no Ponto de Cultura, quanto na articulação das reuniões e organização nos Fóruns, nas TEIAS regionais,

nas microteias e nos encontros nacionais, promovendo compartilhamento e aprendizado, uma das forças que mobilizam os grupos e movimentos. O início de um processo de mobilização política talvez tenha sido o maior ganho, principalmente diante das forças desiguais, conservadoras e econômicas;

- Embora tenhamos focado a construção coletiva dos brinquedos, cujas experiências traduzem memórias, histórias de vida e de lugares, possibilidades de maior convivência, trocas, até o estabelecimento de vínculos favoráveis para o enfrentamento de conflitos e possíveis superações, não intencionamos criar um modelo, nem defender corporativamente uma determinada área ou linguagem como “essencial” ou “a mais importante”. Mas importa, sobretudo, afirmar que qualquer outra linguagem artística e cultural que envolva o processo de criação, de desenvolvimento de habilidades e autonomização do sujeito, remete ao exercício de liberdade e de escolha presentes nas diferentes ações culturais. O importante é que as experimentações sejam apropriadas, ao serem criadas em conjunto e sua forma seja reinventada a cada experiência, atentos ao contexto, aos sujeitos e à dinâmica da vida. Uma sensibilidade descoberta e cultivada que leva a reflexões, como diria Pedrosa. Uma ação-reflexão-transformação como nos inspiram os Pontos de Cultura;

- E, principalmente, por considerar o fato de que todas as pessoas têm capacidade de apreender diferentes linguagens e, assim, encontrar-se, encontrar o coletivo e se reinventar diante dessa possibilidade, propiciada pelos espaços não formais como os Pontos, podem ainda colaborar para uma formação integral e o para o desenvolvimento de diferentes potencialidades. A vivência e o trabalho criativo, por meio da experiência compartilhada, lançam o sujeito à sua própria descoberta como ser total. Isso possibilita o conhecimento objetivo e subjetivo da vida em várias dimensões, e é, portanto, libertário, porque leva a problematizações, que, por sua vez, podem levar a contestação do instituído e das opressões. Assim, por meio de composições com diversas pessoas e práticas pode-se otimizar forças para criar novas relações entre o sujeito e o mundo, que não sejam de obediência e de exploração;

- O reconhecimento da diferença e de outras culturas que até então foram mantidas fora do campo das políticas públicas, envolve a imprevisibilidade e incertezas. Todavia, não devemos temê-las, apesar de que o novo, o incerto e o desconhecido geralmente assustem e angustiem, podem também levar a maiores articulações e a ampliação das perspectivas do direito à diferença e a construção conjunta de alternativas que enfrentem as desigualdades sociais. O processo de criação presente nas manifestações artístico-culturais está submetido ao acaso, à liberdade e à imprevisibilidade, o que requer certa flexibilidade das políticas culturais, em contraposição as padronizações e modelos, propensos aos autoritarismos e direcionamentos. Daí a importância do tempo presente aliada ao processo histórico, para que se enfrente a força de algumas determinações e imposições estruturais.

Ponto de investigação e de mobilização

- A implicação com o campo de pesquisa nos torna aliada dos setores que lutam pela ampliação e incidência das políticas públicas culturais e a busca por um mundo mais justo e equitativo, pois acreditamos que o respeito às alteridades e aos diferentes saberes levam a uma maior percepção da realidade, aumentando as possibilidades de construção de alternativas conjuntas. Um lugar de movimento, de intuição e de vida, que exige além da razão, a consideração do aleatório, do espontâneo e do enfrentamento da insegurança e do desconhecido. Algo que contrapõe o controle, os métodos prontos, as classificações e os saberes hegemônicos que invariavelmente reduzem a importância das trocas, e a riqueza dos processos. Aprendizados que criam caminhos “de não desistir” diante das condições precárias de vida de grande parte da população que nos angustiam e inquietam, caminhos que animam ao serem compartilhados e tornam mais instigante o trabalho processual e a busca por transformações;
- O território espacial e também semiótico coabitado por pesquisador e pesquisados, demandou, especialmente, o aprendizado da atenção, sem nos fixarmos em questionamentos individuais apenas, mas originados e emanados de um conjunto. Foram preocupações derivadas de um campo problemático que se delineou ao longo deste estudo. Conexões que caracterizaram o *entre-lugar*, com o intuito de evitar dicotomias, valorizando os espaços e o tempo processual das experiências, dos

encontros e das articulações. O confronto e o debate das contradições e das implicações pessoais e coletivas podem promover a reconstrução e o vislumbre de possibilidades de ressignificação da história, do cotidiano e das relações, transformando-as.

Pontos de resistência

- Compreendemos a resistência como uma força criadora e não como mera oposição a algo. Assim, enfatizamos a importância do reconhecimento das classes populares como sujeitos do seu próprio processo de desenvolvimento, o que não se consolida por escolhas alheias às suas demandas, nem por orientações de um mercado consumidor, ou pela ausência dos critérios para a utilização do recurso público, recorrentemente aliado aos interesses privados e econômicos;
- A afirmação da cultura na agenda política do Estado provoca reflexões acerca do lugar que ela ocupa, que, para muito além do “decorativo” ou instrumental, sugere o reconhecimento de que estão abertos novos campos de atuação e que envolvem ampliados fóruns de decisão pública a serem ocupados por mais pessoas. Os Pontos de Cultura evidenciam que as políticas culturais ainda devem muito a quem mantém e reinventa as tradições, criando novas possibilidades de expressão, que resistem às imposições estéticas dos grandes meios de comunicação, que visam à cultura como produto e consumo, muito mais do que expressão e possibilidade de libertação, desenvolvimento e emancipação;
- O fazer atento e coletivo convida a reflexão, à politização e à emergência de forças que muitas vezes não se dão conta que estão em um embate. Aprender com as nossas práticas é fundamental para problematizar o que parece natural e imutável. Sem aceitar a lógica individualista, que propaga como o mais importante, “vencer nesta sociedade, tal como ela é, sem se entregar à fantasia delirante de pretender transformá-la” (Konder, 2005, p. 168). Fissuras que podem levar ao adensamento das mobilizações em prol do direito à diferença e o questionamento das desigualdades;
- As experiências coletivas proporcionam aptidões e a possibilidade da exigência de uma vida sintonizada com as expectativas emancipatórias e possibilidades de inventar a vida em coletivo. A cultura oprime, mas

também liberta. Sem desconsiderar que a cultura é um instrumento de perpetuação da ideologia dominante, ponderamos que a elaboração e proposição de uma política cultural dialogada pode ser um caminho de questionamento das políticas culturais vigentes. Sobretudo por manterem uma cultura hegemônica, publicitária, mercantil e plena de ideias pré-concebidas, fazendo com que sobre pouco ou quase nenhum espaço para a expressão de outras culturas;

Pontos em processo

- A experiência não morre, ao contrário das inúmeras vivências que nos escapam. A experiência nos mobiliza, porque nos afeta. Ao ser compartilhada, a experiência, embora sediada no sujeito, pode ter ressonância no outro, é vivida enquanto reflexão, troca, alianças e provoca a transformação no enfrentamento das contradições. Assim, encontramos significados e abordagens a partir das experiências que nos afetaram, que vão além do caráter subjetivo, instrumental e necessário, configurando o estabelecimento de relações não tuteladas, não hierárquicas, e que promovem a criação e a liberdade de pensamento, em busca de um processo de construção coletiva e dialogada;
- A experiência supõe um saber que nos permite expandir a potência vital. Assim, a arte e a cultura nos permitem transcender a realidade para imaginá-la e construí-la de forma diferente;
- Embora tenha sido bastante difícil para os grupos e manifestações culturais lidarem com a precariedade/complexidade burocrática do Estado, consideramos que este também tenha sido um ganho, pois, ao explicitar os problemas, conflitos e demandas, tem-se maiores as chances de enfrentá-los e superá-los, além de promover o debate sobre a necessária expansão, transversalidade e financiamento das políticas públicas.

Pontos em disputa: ampliação do acesso público, de conceitos e valores

- A soberania da burocracia estatal na organização e financiamento das políticas culturais foi desafiada, no sentido de abrir maior possibilidade do acesso ao recurso público e para a concretização do direito à cultura. O Estado necessitou improvisar nas suas formas de gestão, contudo não se pode caracterizar como uma inovação que tenha sido capaz de viabilizar

plenamente a proposta do *Cultura Viva*. As disputas e interesses econômicos em torno do aparelho estatal foram tensionados neste período. Os Pontos enfrentaram problemas que não são exclusividade da área cultural, mas do sistema democrático como um todo;

- O pressuposto que consideramos crucial é o respeito pela autonomia, conhecimento e especificidade dos Pontos de Cultura/manifestações artístico-culturais, porém ainda não consolidado como diretriz nacional, já que o Programa *Cultura Viva* não se efetivou como política pública, demonstrando a fragilidade do debate, que ainda não está consolidado na sociedade. Os ganhos acabam ficando restritos aos poucos Pontos apoiados. Mas é claro que isto está relacionado ao pouco investimento em políticas públicas no país, e, que, por conseguinte, mantém as forças historicamente hegemônicas;
- Consideramos ainda, que toda mudança estrutural passa por transformações culturais, associadas aos grandes investimentos sociais, crescimento econômico, desconcentração da riqueza, valorização dos diferentes saberes e o enfrentamento das contradições e conflitos. Transformações que exigem tempo são da ordem das mudanças processuais que, dificilmente, se impõem, mas que podem ser conjuntamente construídas. O Programa *Cultura Viva* inverte a lógica tradicional de atuação do Estado, pois, em vez de impor ações culturais prontas para as comunidades, são elas que definem e realizam suas próprias ações, com reconhecimento e apoio, configurando a ampliação do conceito de cultura, afirmando valores solidários e colaborativos, importantes diretrizes para as políticas culturais.

Pontos a conquistar

- Os elementos trazidos por este estudo servem para refletirmos sobre a superação de impasses que nos antecedem, sejam aqueles relativos à distribuição dos recursos nas diversas regiões brasileiras, ou ainda aos problemas gerados pelo aprofundamento das desigualdades atreladas aos processos estruturais e históricos. Assim, apesar dos ganhos {e também por instaurar um tensionamento na estrutura estatal e visibilizar, ainda que de forma tímida, os criadores culturais anônimos}, foi colocado em “xeque” o financiamento público da cultura, bem como outras dimensões como a do

direito autoral e a produção colaborativa e solidária. Todavia, ao se contraporem hegemonias historicamente consolidadas, se exige maior articulação frente à complexidade em que o programa *Cultura Viva* está inserido, principalmente, por ainda não ter sido efetivado enquanto política pública;

- Deixou-se de efetivar, também, uma maior ação política transversal de cooperação interministerial para o seu aprimoramento. Além disso, não se efetivaram mudanças no marco legal e tampouco houve maior articulação, embora tenha havido intenção e os processos sejam recentes. A mobilização política, embora importante, ainda é pulverizada, mas plena de possibilidades de se fortalecer diante dos processos instaurados e do enfrentamento dos conflitos, das forças hegemônicas, que requerem maior ação coletiva. Além disso, o estabelecimento de critérios políticos de apoio e fomento à criação e produção artístico-cultural, quando transparentes contemplam todo o território nacional, podem ampliar o acesso e a própria criação, evitando a reprodução, por exemplo, dos equívocos estabelecidos de que somente criam e produzem aqueles que supostamente são melhores;
- Isso foi contestado pelo MinC, e em especial pelo *do-in* antropológico, que deu origem aos Pontos de Cultura por meio do programa *Cultura Viva*, ampliando o financiamento cultural a uma parcela da população que não tinha visibilidade e acesso ao recurso público. A ausência de uma visão integrada das ações que compuseram o programa, a falta de maior investimento e compreensão de seu potencial articulador das demais políticas, bem como a valorização da importância da criação coletiva e da mobilização são desafios ainda presentes, principalmente em um país em que perdura o traço elitista, conservador e de concentração de recursos;
- Portanto, da mestiçagem como problema, ao hibridismo e antropofagia como valor, a busca do efetivo reconhecimento da diversidade supõe diálogo, e envolve tensões, que podem levar a transformações nas relações com as autoridades, com o Estado, com os preconceitos e o enfrentamento das desigualdades;
- Os principais pressupostos do Programa *Cultura Viva*, parte das ações do MinC e da vigência de um novo paradigma de políticas culturais

recentes, colocam a “cultura do bem comum” no lugar da “cultura como um bom negócio”.

O programa *Cultura Viva* envolve uma concepção de política cultural que não corresponde à estrutura e ao marco legal vigente. Uma concepção que, para se tornar política pública, requer transformações na estrutura estatal, diante das ações estruturantes do programa. Mudanças que exigem a continuidade do processo de enfrentamento das forças hegemônicas da “cultura de mercado” e vão além das questões dos Pontos de Cultura, implicando as relações da sociedade civil com o Estado, a disputa por valores mais solidários, colaborativos, espaço e direitos.

Além disso, requer dotação orçamentária específica e permanente, uma equipe gestora, maior reconhecimento da importância do programa, e, principalmente, a continuidade do diálogo e das deliberações conjuntas entre o poder público e sociedade civil. Os fluxos de criação/produção, fruição, circulação e acesso cultural exigem o apoio do Estado, mas são independentes dele, além de serem a base de uma sociedade capaz de protagonizar seus próprios projetos locais, regionais e nacionais.

Qual o valor de todo patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?

Walter Benjamin